



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O conceito de indústria cultural foi criado por Adorno e Horkheimer, dois dos principais integrantes da Escola de Frankfurt. Em seu livro de 1947, *Dialética do esclarecimento*, eles conceberam o conceito a fim de pensar a questão da cultura no capitalismo recente. Na época, estavam impactados pela experiência no país cuja indústria cultural era a mais avançada, os Estados Unidos, local onde os dois pensadores alemães refugiaram-se durante a Segunda Guerra.

Segundo os autores, a cultura contemporânea estaria submetida ao poder do capital, constituindo-se num sistema que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios – como a televisão, a novidade daquele momento –, que tenderia a conferir a todos os produtos culturais um formato semelhante, padronizado, num mundo em que tudo se transformava em mercadoria descartável, até mesmo a arte, que assim se desqualificaria como tal. Surgiria uma cultura de massas que não precisaria mais se apresentar como arte, pois seria caracterizada como um negócio de produção em série de mercadorias culturais de baixa qualidade. Não que a cultura de massa fosse necessariamente igual para todos os estratos sociais; haveria tipos diferentes de produtos de massa para cada nível socioeconômico, conforme indicações de pesquisas de mercado. O controle sobre os consumidores seria mediado pela diversão, cuja repetição de fórmulas faria dela um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.

Muito já se polemizou acerca dessa análise, que tenderia a estreitar demais o campo de possibilidades de mudança em sociedades compostas por consumidores supostamente resignados. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. Mas o conceito passou a ser muito utilizado, até mesmo por quem diverge de sua formulação original. Poucos hoje discordariam de que o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural", no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Feita a constatação da amplitude alcançada pela indústria cultural contemporânea, são várias as possibilidades de interpretá-la. Há estudos que enfatizam o caráter alienante das consciências imposto pela lógica capitalista no âmbito da cultura, a difundir padrões culturais hegemônicos. Outros frisam o aspecto da recepção do espectador, que poderia interpretar criativamente – e não de modo resignado – as mensagens que lhe seriam passadas, ademais, de modo não unívoco, mas com multiplicidades possíveis de sentido.

(RIDENTI, Marcelo. **Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil**. In: Agenda brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 292 a 301)

1. No contexto, identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre
 - (A) o fato de Adorno e Horkheimer terem concebido o conceito de indústria cultural e o modo como pensaram a questão da cultura no capitalismo recente.
 - (B) o fato de tudo ter se transformado em mercadoria descartável no capitalismo recente e a arte ter sido desqualificada como tal.
 - (C) o caráter alienante da cultura hegemônica no capitalismo e a interpretação criativa que o espectador crítico desenvolve.
 - (D) a pequena amplitude da indústria cultural contemporânea e a resignação forçada dos consumidores diante da repetição de produtos e temas.
 - (E) a repetição de fórmulas culturais já desgastadas e o tédio dos consumidores diante da falta de opções instigantes.
2. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. (3º parágrafo)
... são várias as possibilidades de interpretá-la. (4º parágrafo)
... as mensagens que lhe seriam passadas... (4º parágrafo)
Os pronomes destacados acima referem-se, no contexto, respectivamente, a
 - (A) análise - indústria cultural contemporânea - espectador
 - (B) mudança - constatação - recepção
 - (C) análise - constatação - aspecto
 - (D) mudança - formulação original - espectador
 - (E) diversão - indústria cultural contemporânea - recepção
3. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em:
 - (A) *... que poderia interpretar criativamente...* (4º parágrafo)
 - (B) *... os Estados Unidos...* (1º parágrafo)
 - (C) *... que assim se desqualificaria como tal.* (2º parágrafo)
 - (D) *... padronizado...* (2º parágrafo)
 - (E) *... que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios...* (2º parágrafo)



4. Uma **redação** alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:
- (A) Alguns estudos reforçam o aspecto da recepção do espectador, o qual poderia interpretar criativamente as mensagens, adquirindo sentidos múltiplos de maneira não uniforme e não resignado.
 - (B) Mesmo que o conceito de indústria cultural tenha passado a ser muito utilizado, ainda haviam aqueles que discordavam de sua formulação.
 - (C) O controle sobre os consumidores seria mediado pela repetição de fórmulas, a qual faria que a arte, em vez de diversão representasse o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.
 - (D) Os pensadores alemães estavam, na época, sob o impacto da vida nos Estados Unidos, país que possuía a mais avançada indústria cultural e local onde se refugiaram durante a Segunda Guerra.
 - (E) A teoria proposta pelos pensadores alemães já foi muito discutida, e a partir dela o campo de possibilidade de mudanças nas sociedades compostas por consumidores resignados tenderiam a se estreitar demais.
-

5. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido original substituindo-se

- (A) *conforme* por "como demonstra" (2º parágrafo).
 - (B) *además* por "em demasia" (4º parágrafo).
 - (C) *a fim de* por "para" (1º parágrafo).
 - (D) *acerca* por "quanto a" (3º parágrafo).
 - (E) *pois* por "por que" (2º parágrafo).
-

6. ... que enfatizam o caráter alienante das consciências...

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do sublinhado acima está empregado em:

- (A) ... *haveria* tipos diferentes de produtos de massa...
 - (B) *Surgiria* uma cultura de massas...
 - (C) *Poucos* hoje discordariam de que...
 - (D) *Não que* a cultura de massa fosse necessariamente igual...
 - (E) ... o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural"...
-

7. ... no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- (A) pode ser constatado.
 - (B) podem ser constatados.
 - (C) constata-se.
 - (D) pode ser constatada.
 - (E) constata-se.
-

8. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) Cada uma das expressões dos produtos da indústria cultural reproduzem as pessoas tais como foram estereotipadas pela indústria como um todo.
 - (B) Na atual era da informática, o uso de computadores pessoais e de diversos recursos interativos levanta novas questões para a indústria cultural.
 - (C) Com o fim de preencherem todos os sentidos dos trabalhadores de modo útil ao capital, a cultura teria passado ao domínio da racionalidade administrativa.
 - (D) A história da indústria cultural, nos países de industrialização recente, confundem-se com as da própria implantação tardia da indústria.
 - (E) Como sistema mundial, a indústria da cultura não se restringe ao centro e impõem-se também em nações periféricas.
-



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 13.

Não surpreende que, em todo lugar, esteja em curso uma corrosão do sono, dada a dimensão do que está economicamente em jogo.

Já em meados do século XVII, a incompatibilidade do sono com noções modernas de produtividade passou a ser notada. Descartes, Hume e Locke foram apenas alguns dos filósofos que apontavam para a sua irrelevância na busca do conhecimento.

Última das "barreiras naturais", para usar a expressão de Marx, à completa realização do capitalismo "24 horas", o sono não pode ser eliminado. Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo.

Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para verificar mensagens ou informações. Uma figura de linguagem recorrente e aparentemente inócua é o sleep mode [modo de hibernação], inspirada nas máquinas. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade.

O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento da proteção social em outras esferas. Estado mais privado e vulnerável de todos, o sono depende crucialmente da sociedade para se sustentar. Um dos exemplos vívidos da insegurança do estado de natureza no Leviatã de Thomas Hobbes é a vulnerabilidade de um indivíduo adormecido diante dos inúmeros perigos de cada noite. Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem, não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.

Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono – na reciprocidade entre vulnerabilidade e confiança, entre exposição e proteção.

(Adaptado de: **Revista Piauí**. Ed. 96, 09/14)

9. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O indivíduo adormecido, consoante a proposição de Thomas Hobbes, deve estar em constante estado de alerta ou "modo de hibernação", dada sua vulnerabilidade extrema.
- (B) O autor constata que a sociedade moderna deve aumentar a qualidade do sono de seus indivíduos, na medida em que este é compreendido como fenômeno fisiológico crucial para a saúde.
- (C) A figura de linguagem a que o autor se refere no quarto parágrafo contradiz a ideia de que o sujeito do capitalismo é valorizado pelo aumento de sua produtividade.
- (D) Marx corrobora a ideia dos filósofos citados, segundo a qual o sono, um obstáculo natural ao desenvolvimento pleno da sociedade capitalista "24 horas", é irrelevante.
- (E) A proteção e guarda de outros membros da sociedade é fundamental para que o indivíduo possa entregar-se ao sono, livre de preocupações e temores reais e imaginários.

10. O termo cujo sentido no contexto reflete o ponto de vista do autor do texto é:

- (A) *vulnerabilidade* (5º parágrafo).
- (B) *irrelevância* (2º parágrafo).
- (C) *despojado* (3º parágrafo).
- (D) *dimensão* (1º parágrafo).
- (E) *aglutinam* (6º parágrafo).

11. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento *Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo* (3º parágrafo), uma vírgula pode ser acrescentada imediatamente após "métodos" sem prejuízo da correção e do sentido.
- II. O segmento *e aparentemente inócua* (4º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas, sem prejuízo da correção.
- III. Sem prejuízo da correção e do sentido, as vírgulas que isolam o segmento *para usar a expressão de Marx* podem ser suprimidas. (3º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

12. A flexão do verbo destacado encontra justificativa no segmento sublinhado em:

- (A) ... uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem.
- (B) Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono...
- (C) O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento...
- (D) ... não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.
- (E) ...cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite...

13. Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) Tanto a expressão *Última das "barreiras naturais"* como o pronome destacado em *destruí-lo* referem-se ao sono. (3º parágrafo)
- (B) O termo *inócua* foi empregado com o sentido de "prejudicial". (4º parágrafo)
- (C) A preposição "para" está empregada com a mesma acepção nos seguintes segmentos: *para verificar mensagens ou informações* (4º parágrafo) e *oferecer segurança para os que dormem* (5º parágrafo).
- (D) Mantêm-se o sentido original e a correção substituindo-se a conjunção sublinhada em *Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade...* por "Porquanto". (5º parágrafo)
- (E) Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento *O dano ao sono* pode ser substituído por "A supressão à vigília". (5º parágrafo)



14. Está INCORRETA a **redação** do período que se encontra em:
- (A) O fato de passarmos dormindo um bom período de nossas vidas subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do modo de produção capitalista contemporâneo.
- (B) Pesquisadores de diversas universidades têm investigado a atividade cerebral dos pássaros durante longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos e descobrir como as pessoas poderiam permanecer sem dormir.
- (C) Até o início do século XVII, ainda se encontra resquícios de uma hierarquia que distinguia as capacidades sobre-humanas do soberano, cujos poderes, oniscientes, ao menos simbolicamente não sucumbiam as condições desabilitadoras do sono.
- (D) A maioria das necessidades aparentemente irredutíveis da vida humana, como a fome, a sede e, recentemente, a necessidade de amizade, transformou-se em mercadoria ou investimento.
- (E) O sono afirma a ideia de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo de lucratividade, e, desse modo, permanece uma anomalia e um foco de crise no presente global.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 15 a 20.

O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás, é considerado o segundo maior bioma brasileiro. Ao viajar pelo estado, chama a atenção quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê. Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Professor de agronomia da Universidade Federal de Goiás, Wilson Mozena acredita que esse cenário de preocupação ambiental vem mudando, principalmente com projetos como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra. O pesquisador explica que os sistemas de integração e de plantio direto promovem benefícios vitais para o solo. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta, colocando, por exemplo, milho junto com eucalipto, auxilia tanto no “sequestro” do carbono como na manutenção de uma terra fértil. “Nesse sistema, junto com o milho, planta-se a semente da forrageira [planta usada para alimentar o gado]. O milho nasce e essa planta fica na sombra até quando o milho é colhido para o gado pastar, explica.

Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Quando a terra é arada os restos são incorporados e os micro-organismos que decompõem esses restos morrem sem alimento e o carbono vai para a atmosfera. “Quando se deixam nutrientes no solo, os micro-organismos aumentam para decompor os nutrientes e ficam na terra se alimentando. O carbono permanece com eles, não subindo para a atmosfera”.

(Adaptado de: MARCELINO, Sarah Teófilo. “Fazenda em Goiás mantém a esperança da preservação do cerrado”. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acessado em: 25/09/14)

15. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a monocultura, embora mais eficiente do que o plantio variado, é um sistema nocivo tanto para a terra como para a fauna.
- (B) a manutenção de uma reserva de alimentos para os micro-organismos da terra impede o carbono de retornar à atmosfera.
- (C) o cenário de devastação ambiental no cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro, está intrinsecamente relacionado com o plantio do eucalipto
- (D) o uso de insumos necessários em solo pouco fértil, como o do cerrado, encarece a atividade agrícola, obrigando os produtores a adotar a monocultura.
- (E) a técnica de se arar a terra entre um plantio e outro é controversa, havendo quem acredite que tal prática deva ser incentivada.

16. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo correto em:
- (A) *para decompor os nutrientes* = para decompô-lo
- (B) *que cobre o estado de Goiás* = que lhe cobre
- (C) *que decompõem esses restos* = que lhes decompõem
- (D) *para diminuir a emissão de gases de efeito estufa* = para diminuí-los
- (E) *promovem benefícios vitais para o solo* = promovem-nos

17. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após
- (A) “carbono”, em *Já o sequestro do carbono...* (4º parágrafo)
- (B) “arada”, em *Quando a terra é arada...* (4º parágrafo)
- (C) “aumentam”, em *os micro-organismos aumentam...* (4º parágrafo)
- (D) “explica”, em *O pesquisador explica* (3º parágrafo)
- (E) “micro-organismos”, em *os micro-organismos que decompõem esses restos* (4º parágrafo)

18. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta... Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido, o elemento grifado acima pode ser substituído por:
- (A) do qual
- (B) com o que
- (C) aonde
- (D) por meio do qual
- (E) cujo

19. Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão... O elemento que, no contexto, exerce a mesma função sintática que o grifado acima está também grifado em:
- (A) *Ao viajar pelo estado...*
- (B) *O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás...*
- (C) *... quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê.*
- (D) *... essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*
- (E) *Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra.*



20. *Entretanto*, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Mantendo-se a correção e a o sentido, a conjunção sublinhada acima NÃO pode ser substituída por:

- (A) No entanto
- (B) Todavia
- (C) Nada obstante
- (D) Contudo
- (E) Conquanto

Noções de Direito Constitucional

21. Considere:

- I. O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos.
- II. O direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade ou abuso de poder.
- III. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal e de terceiros.
- IV. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos individuais indisponíveis pessoal e de terceiros.

De acordo com a Constituição Federal são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, as hipóteses indicadas APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

22. Genoval e Simone viajaram em suas férias para Paris objetivando visitar um casal de amigos. Simone, grávida, durante a viagem, sofreu um acidente automobilístico que antecipou o parto de seu filho, Bruno. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, apesar de Bruno ter nascido em Paris, será considerado brasileiro nato

- (A) imediatamente a partir de seu nascimento, desde que seja registrado em repartição brasileira competente, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de seu nascimento.
- (B) imediatamente a partir de seu nascimento, independentemente de opção de nacionalidade ou registro em repartição brasileira.
- (C) desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte no prazo de sessenta meses depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) desde que seja registrado em repartição brasileira competente e opte, no prazo de cento e vinte dias, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, independentemente de residir na República Federativa do Brasil.
- (E) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

23. Jardim é Prefeito do Município XZA e pretende se candidatar para o cargo de Governador do Estado de Goiás na próxima eleição. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, Jardim

- (A) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
- (B) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até nove meses antes do pleito.
- (C) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até doze meses antes do pleito.
- (D) não poderá candidatar-se ao cargo de Governador por expressa vedação constitucional, independentemente da renúncia ao mandato de Prefeito.
- (E) só poderá candidatar-se, se houver concordância expressa do Tribunal Superior Eleitoral, bem como renúncia ao respectivo mandato de Prefeito a qualquer tempo.

24. Considere os seguintes atos:

- I. aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- III. proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- IV. fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados, os atos indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

25. Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União será escolhido

- (A) pela Câmara dos Deputados.
- (B) pelo Senado Federal, com aprovação do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, com aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- (D) pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- (E) pelo Senado Federal com aprovação do Supremo Tribunal Federal.



26. Considere hipoteticamente as seguintes pessoas: Carla; Núbio e Valentino. Carla é Presidente do Senado Federal; Núbio é Presidente da Câmara dos Deputados e Valentino é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, é certo que

- (A) a última a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
- (B) o primeiro a ser chamado ao exercício da Presidência será Núbio.
- (C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Valentino, Carla e Núbio.
- (D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Carla, Núbio e Valentino.
- (E) a primeira a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.

27. Processar e julgar originariamente nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais de Contas dos Estados é competência do

- (A) Tribunal de Justiça do Estado e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (E) Superior Tribunal de Justiça.

28. Considere:

- I. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- II. Juiz Federal.
- III. Advogado legalmente habilitado.
- IV. Cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada.

De acordo com a Constituição Federal, poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça os indicados em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

29. Considere a seguinte situação hipotética: X é Presidente da República e está sendo acusado pela prática de crime de responsabilidade. Neste caso, no tocante às suas funções, X

- (A) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Congresso Nacional.
- (B) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) não ficará suspenso, uma vez que a Constituição Federal veda a suspensão de funções do cargo de Presidente da República.
- (D) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (E) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.

30. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás serão escolhidos:

- (A) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (B) cinco pela Assembleia Legislativa e dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (C) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (D) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.

Noções de Direito Administrativo

31. Um dos princípios básicos da Administração pública, além de consagrado explicitamente na Constituição Federal, quando trata dos princípios que norteiam a atuação administrativa, também consta implicitamente ao longo do texto constitucional, como por exemplo, quando a Carta Magna exige que o ingresso em cargo, função ou emprego público dependerá de concurso público, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade. Do mesmo modo, ao estabelecer que os contratos com a Administração direta e indireta dependerão de licitação pública que assegure igualdade de todos os concorrentes. Trata-se do princípio da

- (A) proporcionalidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) motivação.
- (E) impessoalidade.

32. Enzo, servidor público e chefe de determinada repartição pública, na mesma data, editou dois atos administrativos distintos, quais sejam, uma certidão e uma licença. No que concerne às espécies de atos administrativos, tais atos são classificados em

- (A) ordinatórios e negociais, respectivamente.
- (B) enunciativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos e negociais, respectivamente.
- (E) normativos e ordinatórios, respectivamente.



33. Isis, servidora pública, praticou ato administrativo com vício de finalidade (o ato não tinha finalidade pública; visava interesses particulares). Em razão do vício e após provocação dos interessados, o aludido ato foi invalidado pelo Poder Judiciário. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) a invalidação em questão não poderia ter sido feita pelo Judiciário.
- (B) o procedimento adequado para o caso seria a revogação do ato administrativo.
- (C) a invalidação, quando feita pela própria Administração pública, independe de provocação do interessado.
- (D) se trata de vício sanável, portanto, não era hipótese de invalidação do ato administrativo.
- (E) a invalidação em questão produz efeitos *ex nunc*.
34. Após procedimento licitatório na modalidade convite, a Administração pública celebrou contrato verbal com empresa de hortifrutigranjeiros para a compra de produtos, feita em regime de adiantamento, sendo o valor contratual equivalente a R\$ 4.000,00. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o contrato em questão é
- (A) nulo, pois é nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal celebrado com a Administração pública.
- (B) válido.
- (C) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de dois mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
- (D) nulo, pois não se aplica para a compra de produtos, sobretudo perecíveis.
- (E) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de três mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
35. A empresa MM Engenharia Ltda., contratada pela Administração Pública para a execução de importante obra pública, executou fielmente o contrato, sendo o objeto recebido definitivamente pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprovou a adequação do objeto aos termos contratuais, observados os demais requisitos dispostos na Lei nº 8.666/1993.
- O prazo a que alude o enunciado, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, NÃO poderá ser superior a
- (A) 90 dias.
- (B) 100 dias.
- (C) 120 dias.
- (D) 150 dias.
- (E) 180 dias.
36. Determinado Município Goiano, ao realizar procedimento licitatório na modalidade Concurso, publicou o respectivo edital trinta dias antes da realização do certame. Além disso esclareceu que os vencedores seriam remunerados, exclusivamente, por meio da instituição de prêmios. A propósito das condutas realizadas pelo Município e nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) a segunda conduta estará correta se os prêmios forem em pecúnia com valor superior a cinquenta mil reais.
- (B) ambas as condutas estão incorretas.
- (C) apenas a segunda conduta está incorreta.
- (D) ambas as condutas estão corretas.
- (E) apenas a primeira conduta está incorreta.
37. Considere as seguintes assertivas acerca do pregão, de âmbito federal:
- I. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- II. A lei não exige que o pregoeiro dê acesso aos demais licitantes acerca dos dados constantes no SICAF sobre o licitante de melhor proposta, por ser competência única e exclusiva da Comissão licitante.
- III. No pregão, a fase de habilitação deve ocorrer antes da etapa competitiva de oferta dos lances.
- Está correto o que consta em
- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
38. Considere a seguinte situação hipotética: a União Federal e mais três Estados da Federação (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo) celebraram consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum. No caso, o consórcio público constituiu uma associação pública. Assim, nos termos da Lei nº 11.107/2005, o aludido consórcio público tem personalidade jurídica de direito
- (A) privado e integra a Administração indireta da União Federal.
- (B) público e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (C) privado e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (D) público e integra a Administração indireta apenas da União Federal.
- (E) privado e integra a Administração direta da União Federal.



39. Tendo em vista o preenchimento dos requisitos descritos na Lei nº 9.790/1999 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação da OSCIP, deverá formular requerimento a determinado Ministério, instruído com cópias autenticadas de alguns documentos. O referido Ministério e um dos documentos exigidos pela citada lei são:
- (A) Ministério da Justiça e a declaração de isenção do imposto de renda.
 - (B) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o estatuto registrado em cartório.
 - (C) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a ata de eleição de sua atual diretoria.
 - (D) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a demonstração do resultado do exercício.
 - (E) Ministério da Defesa e a inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.
-
40. A União Federal pretende celebrar contrato de parceria público-privada, visando unicamente a execução de importante obra pública. Para a contratação, dispõe do montante de quinze milhões de reais. Assim, foi publicado o respectivo edital de tomada de preços, de modo a ser selecionada a empresa que melhor atenda ao interesse público. Neste caso, o contrato de parceria público-privada NÃO é cabível, tendo em vista o
- (A) objeto da contratação e o tipo de licitação adotado, apenas.
 - (B) valor da contratação, apenas.
 - (C) tipo de licitação adotado, apenas.
 - (D) objeto da contratação, o valor da contratação e o tipo de licitação adotado.
 - (E) valor da contratação e tipo de licitação adotado, apenas.
-

Controle Externo

41. No exame das contas prestadas por determinado ente público, referente ao exercício de 2013, foram constatadas algumas irregularidades. Com relação ao controle externo do Estado de Goiás, nos termos da Constituição Estadual, considere:
- I. Será exercida pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
 - II. Será exercida pela Controladoria Geral do Estado, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - III. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - IV. As contas prestadas anualmente pelo Governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa, mediante voto de 3/5 de seus membros.
 - V. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.



<p>42. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás compete, entre outros,</p> <ul style="list-style-type: none">I. Apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.II. Fiscalizar as contas de consórcios públicos, de empresas de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.III. Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e de suas entidades da administração indireta, verificando, quanto à prestação e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.IV. Apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.V. Julgar as contas daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio. <p>Está correto o que consta em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II, III, IV e V.(B) I, II, III e V, apenas.(C) II, III e IV, apenas.(D) I, II, e IV, apenas.(E) II e III, apenas.	<p>44. Os Tribunais de Contas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, fiscalizarão a gestão fiscal, com ênfase, no que se refere, entre outros,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) os limites e condições para abertura de créditos especiais destinados as despesas de caráter emergenciais e as inscrições em restos a pagar.(B) o cumprimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.(C) o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as providências tomadas, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.(D) a aplicação de recursos vinculados e a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.(E) o atingimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.
<p>43. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. É correto afirmar que a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado abrange, entre outros</p> <ul style="list-style-type: none">(A) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Municipal.(B) os dirigentes ou liquidantes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado.(C) os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos da União.(D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.(E) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam recursos federais e prestem serviço de interesse público ou social.	<p>45. Integram o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 16.168/2007 (com alterações posteriores):</p> <ul style="list-style-type: none">I. Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-presidência.II. Assessoria Jurídica, Secretaria de Informática, Secretaria de Fiscalização e Controle.III. Corregedoria Geral; Conselheiros, Auditores.IV. Secretaria Diretoria Geral, Secretaria de Administração, Corpo Técnico e Serviços Auxiliares.V. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Serviços Técnicos e Administrativos. <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, III e V.(B) I, II, III e IV.(C) I, III e IV.(D) II, III e V.(E) I, II e V. <p>46. A sede administrativa do Governo do Estado foi acometida por fortes chuvas, destruindo documentos. Esse fato tornou as contas ilíquidáveis. Nesse caso, o Tribunal</p> <ul style="list-style-type: none">(A) julgará as contas regulares.(B) emitirá parecer prévio favorável.(C) ordenará o trancamento das contas e o arquivamento do processo.(D) realizará tomada de contas especial.(E) instaurará inspeção permanente.



47. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do Regimentos Interno, entre outros
- (A) julgar, as licitações e contratos, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (B) apreciar, as tomadas de contas, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (C) fiscalizar as receitas e despesas das empresas contratadas pela administração direta, para execução de obras e serviços públicas.
 - (D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, de irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas na Lei Orgânica, e na forma do Regimento, sem prejuízo de outras dispostas em lei.
 - (E) apreciar, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento as contas dos administradores.

48. Ao julgar a prestação ou tomada de contas, o Tribunal de Contas do Estado Goiás decidirá, quanto ao mérito, se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, exceto na hipótese de serem consideradas ilíquidáveis. Nestas condições, é correto afirmar que as contas serão julgadas regulares, com ressalvas quando

- (A) houver omissão no dever de prestar contas.
- (B) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
- (C) comprovada ocorrência de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- (D) comprovada a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
- (E) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

49. Às decisões proferidas nos processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, cabem os seguintes recursos

- (A) agravo, embargos de declaração, apelação, pedido de anulação.
- (B) recurso de reconsideração, embargos de declaração, apelação, pedido de retificação.
- (C) agravo, embargos de declaração, pedido de retificação, embargos de divergência.
- (D) recurso de reconsideração, pedido de reexame, apelação, embargos de divergência.
- (E) recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, agravo.

50. As contas dos órgãos da administração direta e as contas dos Fundos Especiais e das entidades da administração indireta, inclusive de Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, serão apresentadas, respectivamente, sob a forma de

- (A) contas anuais e prestação de contas.
- (B) tomada de contas e contas de gestão.
- (C) contas anuais e tomada de contas.
- (D) tomada de contas e prestação de contas.
- (E) prestação de contas e contas de gestão.

Legislação Específica do Estado de Goiás

51. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é permitido ao Conselheiro
- (A) exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil.
 - (B) participar de sociedade comercial como acionista ou cotista sem ingerência.
 - (C) exercer comissão remunerada ou não, inclusive em órgãos de controle da Administração direta e indireta.
 - (D) dedicar-se à atividade político-partidária.
 - (E) atuar em processo de interesse de parente afim, em linha colateral de segundo grau.

52. No tocante as contas anuais do Governador, considere:

- I. As contas anuais prestadas pelo Governador deverão ser encaminhadas primeiramente à Assembleia Legislativa e, após 30 dias, ao Tribunal de Contas.
- II. As contas prestadas pelo Governador incluirão, além das do Poder Executivo, as dos Chefes dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Chefe do Ministério Público, do Tribunal de Contas dos Municípios e as do Tribunal de Contas do Estado, as quais receberão parecer prévio, separadamente.
- III. A emissão dos pareceres sobre as contas anuais dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público exclui a competência do Tribunal para o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis dos órgãos que compõem a Administração.

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

53. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o Tribunal obedecerá a um recesso de suas atividades deliberativas do Plenário e das Câmaras, em período NÃO superior a

- (A) 15 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
- (B) 16 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
- (C) 24 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
- (D) 30 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
- (E) 30 dias, sendo que o recesso não ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.



<p>54. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Proposta que o Tribunal deve encaminhar ao Poder Executivo, referente ao projeto de sua lei orçamentária anual, observada a legislação pertinente.II. A lista tríplice dos Auditores e dos membros da Procuradoria-Geral de Contas, para preenchimento de cargo de Conselheiro.III. Os Programas de Governo a serem avaliados em cada exercício.IV. Os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação de contratos para compras e serviços, através de tomada de preços, de valor até R\$ 650.000,00. <p>De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é de competência do Plenário APENAS os indicados em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III.(B) I e II.(C) II e III.(D) I, III e IV.(E) II e IV.	<p>58. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, o não atendimento de quaisquer das condições estabelecidas para o estágio probatório implicará na</p> <ul style="list-style-type: none">(A) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 10 dias da publicação oficial.(B) exoneração imediata do funcionário nomeado tendo em vista disposição legal expressa neste sentido, independentemente de prévia comunicação.(C) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 15 dias.(D) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 30 dias.(E) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 15 dias da publicação oficial.
<p>55. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para disciplinar matéria referente ao exercício de suas atividades de fiscalização, que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeitos à sua jurisdição, o Tribunal poderá expedir</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Instrução Normativa ordinária.(B) Instrução Normativa extraordinária.(C) Parecer.(D) Ato Normativo integrado.(E) Resolução Normativa.	<p>59. Marta, funcionária pública estadual, é interessada em processo administrativo. Em razão da idade de Marta, 67 anos, o processo tramita com prioridade processual. Considerando que Marta é casada com João, que não possui filho bem como que ela faleceu semana passada ainda com o processo em curso, a prioridade de tramitação processual</p> <ul style="list-style-type: none">(A) estende-se para João.(B) encerra-se automaticamente com a morte de Marta.(C) só se estenderia para descendente ou ascendente, independentemente de suas idades.(D) só se estende para João caso ele possua mais de 60 anos.(E) só se estende para ascendente que possua mais de 65 anos.
<p>56. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Casamento, até 8 dias consecutivos.II. Licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 36 meses.III. Convocação para o serviço militar.IV. Exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal. <p>De acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados ou em que o ponto for considerado facultativo, os afastamentos indicados APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) II e III.(B) I e IV.(C) I, III e IV.(D) I, II e IV.(E) III e IV.	<p>60. No tocante à competência, de acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública do Estado de Goiás, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Não podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.II. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, respeitados, em regra, os atos praticados ou decisões proferidas na vigência da delegação.
<p>57. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, ao funcionário que retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição e ao funcionário que coagir ou aliciar subordinado com o objetivo de natureza político-partidária será aplicada a pena disciplinar de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) suspensão de até 90 dias e repreensão, respectivamente.(B) repreensão e suspensão de até 90 dias, respectivamente.(C) suspensão de até 90 dias.(D) repreensão.(E) demissão e suspensão, respectivamente.	<ul style="list-style-type: none">III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.IV. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a avoação temporária de competência atribuída. <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, III e IV.(B) II, III e IV.(C) I e III.(D) II e IV.(E) I, II e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Orçamento Público**

61. Sob a justificativa de dar maior transparência aos gastos públicos, o Poder Executivo de determinado Estado elaborou e encaminhou à Assembleia Legislativa dois projetos de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015. Um projeto de Lei Orçamentária destinado somente ao Poder Executivo e o outro projeto somente para o Poder Legislativo. Considerando as regras norteadoras para elaboração do orçamento, NÃO foi atendido o princípio orçamentário
- (A) do orçamento bruto.
 - (B) da independência orçamentária.
 - (C) do equilíbrio.
 - (D) da competência orçamentária.
 - (E) da unidade.
-
62. No projeto de Lei Orçamentária Anual de determinado ente da federação, para o exercício de 2014, foi proposta emenda para incluir a construção de um hospital público estadual no valor de R\$ 1.850.000,00. Nos termos da Constituição Federal, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas, caso
- (A) sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) apresentem as estimativas do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor.
 - (C) indiquem os recursos necessários, admitidos somente os provenientes de anulação de despesa de capital.
 - (D) apresentem demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária e dos recursos financeiros para realização da obra.
 - (E) sejam compatíveis com a programação orçamentária e financeira e com as metas e prioridades estabelecidas no Anexo de Riscos Fiscais.
-
63. A proposta orçamentária é um documento encaminhado anualmente ao Legislativo para análise e aprovação das receitas e das despesas a serem executadas por um ente público em determinado período de tempo. Com relação a Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar que
- (A) poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos especiais até determinado valor.
 - (B) não consignará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária, ou em lei que autorize sua inclusão.
 - (C) poderá conter autorização ao Executivo para realizar despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
 - (D) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
 - (E) poderá conter a autorização para abertura de créditos especiais e contratação de operações de crédito para pagamento de precatórios alimentícios.
-
64. Com relação aos instrumentos orçamentários estabelecidos na Constituição Federal, considere:
- I. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para reforço de dotação de pessoal ativo e inativo da Administração direta.
 - II. É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.
 - III. A Lei Orçamentária Anual compreenderá as metas e prioridades da Administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - IV. A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - V. As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) III, IV e V.
 - (C) III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I e III.



Atenção: Para responder às questões de números 65 a 67, considere as informações apresentadas, relativamente à classificação das receitas previstas na proposta orçamentária para o exercício de 2015, de determinado ente público.

Receitas Previstas – Exercício de 2015	Valor (R\$)
Imposto de renda retido nas fontes sobre os rendimentos do trabalho	250,00
Remuneração de depósitos bancários	60,00
Multas e juros de mora do imposto sobre a Propriedade de veículos automotores – IPVA	40,00
Operações de crédito internas para programas de Modernização da Administração pública	400,00
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA	350,00
Taxa pelo poder de polícia	200,00
Aluguéis	90,00
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	70,00
Imposto s/ operações relativas a circulação de mercadorias e s/ prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS	600,00
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	80,00
Receita da dívida ativa do imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS	160,00
Alienação de Bens Imóveis	1.200,00

65. As receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes somam, respectivamente, em reais,

- (A) 1.200,00 e 40,00
- (B) 1.560,00 e 40,00
- (C) 1.400,00 e 200,00
- (D) 1.150,00 e 200,00
- (E) 1.400,00 e 120,00

66. As receitas de Transferências Correntes totalizam, em reais,

- (A) 70,00
- (B) 150,00
- (C) 80,00
- (D) 190,00
- (E) 90,00

67. As receitas Patrimoniais e de Capital somam, respectivamente, em reais,

- (A) 150,00 e 1.600,00
- (B) 60,00 e 1.200,00
- (C) 1.350,00 e 400,00
- (D) 150,00 e 1.200,00
- (E) 90,00 e 1.600,00

68. O orçamento de determinado Estado, ao final do exercício de 2013, consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atender as despesas com os serviços prestados, nos meses de novembro e dezembro, na manutenção de elevadores. Considerando que tais despesas foram empenhadas e pagas no mês de fevereiro de 2014, sob o aspecto orçamentário, refere-se ao elemento de despesa utilizado:

- (A) 93 – Indenizações e Restituições.
- (B) 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
- (C) 42 – Auxílios.
- (D) 52 – Equipamentos e Material Permanente.
- (E) 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.



69. Com relação à dívida pública, a receita corrente líquida – RCL apresentada no relatório de Gestão Fiscal – RF de determinado Estado, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013, totaliza R\$ 1.700.000,00. Assim, nos termos da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, o saldo devedor das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, no referido exercício, NÃO poderá exceder ao valor de, em reais,
- (A) 3.400.000,00
 - (B) 119.000,00
 - (C) 2.040.000,00
 - (D) 195.500,00
 - (E) 272.000,00
-
70. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, integra o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e acompanha o projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA, respectivamente, o
- (A) relatório de gestão fiscal e o relatório resumido da execução orçamentária do exercício imediatamente anterior.
 - (B) orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
 - (C) anexo de metas fiscais e as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
 - (D) relatório de gestão fiscal do exercício imediatamente anterior e o anexo de riscos fiscais para o exercício a que se referir.
 - (E) anexo de metas fiscais e o demonstrativo da evolução do patrimônio líquido nos três últimos exercícios.
-

Contabilidade Geral

71. A contabilidade sempre requereu dos contabilistas que os registros contábeis fossem elaborados em conformidade com a documentação que oficializa a transação efetuada. Com as novas normas contábeis, para que o fato contábil seja registrado, além da documentação, deve ser avaliada
- (A) a materialidade.
 - (B) a essência.
 - (C) a prudência.
 - (D) a solvência.
 - (E) o custo-benefício.
-
72. Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são:
- (A) Completa, neutra e livre de erro.
 - (B) Suficiente, prudente e livre de fraude.
 - (C) Limitada, suficiente e livre de erro.
 - (D) Integral, prudente e livre de fraude.
 - (E) Adequada, possível e livre de erro.
-
73. A empresa Credibilidade S.A. tem como prática efetuar a troca de todas as mercadorias que se apresentam com defeitos. Independentemente de estar no período de garantia, ou não, a empresa efetua a troca. Dessa forma, a contabilidade deve
- (A) reconhecer um contas a pagar estimado nas perdas decorrentes das trocas ocorridas nos últimos anos.
 - (B) lançar para despesa o valor do bem, no ato da troca, uma vez que o ato da empresa é voluntário, não previsto nas condições de garantia.
 - (C) baixar o ativo concedido em troca para perda e ativar nos estoques o bem trocado.
 - (D) constituir uma reserva para cobrir as eventuais perdas com a cobertura de indenizações a serem efetuadas.
 - (E) constituir uma provisão no passivo para reconhecer as eventuais obrigações decorrentes dessa medida administrativa.
-



74. Um Ativo pode contribuir para a geração de benefícios econômicos futuros de forma
- (A) operacional, quando puder liquidar um passivo e contribuir para o aumento de capital.
 - (B) financeira, quando puder ser conversível em outro bem e contribuir para as saídas de caixa.
 - (C) produtiva, quando puder ser conversível em caixa ou equivalentes de caixa e reduzir as saídas de caixa.
 - (D) não operacional, quando puder aumentar o ativo e contribuir para o aumento do passivo.
 - (E) patrimonial, quando puder ser conversível em passivo e puder aumentar os passivo.
-
75. A empresa Robalo S.A. realizou a venda de um automóvel utilizado pela sua diretoria. A venda foi realizada com lucro. Dessa forma, esse evento deve ser apresentado, na Demonstração do Resultado de Exercícios, em
- (A) Receitas Não Operacionais.
 - (B) Receitas Operacionais.
 - (C) Receitas Financeiras.
 - (D) Outras Receitas Operacionais.
 - (E) Resultado Não Operacional.
-

76. A Unidade Geradora de Caixa da Empresa Azulão S.A. registrou em sua contabilidade, em 2012, os seguintes valores:

Valor de Custo de	R\$ 1.200.000,00
Reavaliação de Ativo	R\$ 100.000,00
Reserva de Reavaliação de	R\$ 100.000,00
Perda de Valor Recuperável de	R\$ 100.000,00
Depreciação de	R\$ 60.000,00 (5% a.a.)

No ano de 2013, apurou-se os seguintes valores:

Valor de Custo de	R\$ 1.200.000,00
Reavaliação de	R\$ 100.000,00
Perda de Valor Recuperável de	R\$ 100.000,00
Depreciação de	R\$ 60.000,00 (5% a.a.)
Valor Justo de	R\$ 1.360.000,00

Com base nestes dados, a Empresa deve, em 2013,

- (A) constituir uma perda de valor recuperável de R\$ 100.000,00 no ativo para ajustar seu valor.
 - (B) reverter a perda de valor recuperável contra a conta redutora de reserva de reavaliação.
 - (C) ajustar o ativo ao valor justo de R\$ 1.360.000,00 para apresentar o melhor valor do ativo.
 - (D) registrar no resultado do período uma reversão de perda de valor recuperável de R\$ 100.000,00.
 - (E) manter os registros, uma vez que os dados apresentados não justificam ajustes contábeis.
-
77. A Empresa Mergulhão S.A. efetuou contrato de mútuo com sua controlada para permitir a ampliação da fábrica. Nesse caso, a Mergulhão S.A. em sua Demonstração de Fluxo de Caixa deve classificar esse fato como uma atividade
- (A) econômica não apresentável.
 - (B) de investimento.
 - (C) operacional.
 - (D) de financiamento.
 - (E) econômico-financeira.



78. Considerando as normas pertinentes ao ajuste a valor presente, as características abaixo estão sujeitas à mensuração prevista na norma:
- I. a transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido, cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos.
 - II. o reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos.
 - III. o conjunto particular de fluxos de caixa estimados, claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.
-
79. O montante dos custos dos empréstimos elegíveis à capitalização que são tomados sem que a entidade identifique de forma específica para quais ativos qualificáveis serão utilizados para aquisição deve utilizar como taxa de capitalização
- (A) a variação da taxa SELIC vigente durante o período dos empréstimos, que não sejam os empréstimos feitos especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável.
 - (B) o custo total de empréstimos da entidade que estiveram vigentes durante o período, que não sejam os empréstimos feitos especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável.
 - (C) a média ponderada dos custos dos empréstimos aplicáveis aos empréstimos da entidade que estiveram vigentes durante o período, que não sejam os empréstimos feitos especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável.
 - (D) a variação da TJLP vigente durante o período dos empréstimos, que não sejam os empréstimos feitos especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável.
 - (E) a média ponderada dos custos do total de empréstimos da entidade que estiveram vigentes durante o período, que não sejam os empréstimos feitos especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável.
-
80. A empresa Tucunaré S.A. decidiu pela venda de prédio que mantinha para locação, contabilizado como propriedade para investimento sem efetuar desenvolvimento. Neste caso, o prédio deve ser
- (A) mantido como propriedade para investimento, durante o primeiro ano.
 - (B) transferido para estoque no ativo não circulante.
 - (C) transferido para estoque no ativo circulante.
 - (D) transferido para imobilizado no ativo não circulante.
 - (E) mantido como propriedade para investimento até a venda.

Contabilidade de Custos

81. Considere as assertivas a seguir:
- I. A depreciação das máquinas e equipamentos que participam do processo produtivo pode ser realizada pela taxa correspondente a vida útil econômica do bem, sendo ajustada pelos turnos que a empresa opera.
 - II. Em uma empresa comercial, não devem ser absorvidos, no custo dos produtos vendidos, os impostos relativos a industrialização (IPI).
 - III. Os gastos efetuados com a substituição de peças em máquinas da área produtiva não afetam o custo do produto, uma vez que o valor da peça nova substitui o valor da peça reposta.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.



82. O departamento Zetta da Empresa Montevideo S.A. possui um custo indireto de R\$ 9.000.000,00. Precisa distribuí-lo para três produtos: A, B e C por horas/máquinas. A empresa apurou os seguintes dados para o custeio:

	A	B	C
Matéria-prima aplicada	R\$ 1.500.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 3.000.000,00
MOD Aplicada	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 2.500.000,00
Horas máquinas utilizadas	1000 hm	500 hm	1500 hm

Dessa forma, é correto afirmar que os produtos A, B e C receberão, respectivamente, de custo indireto:

- (A) R\$ 1.500.000,00, R\$ 3.000.000,00 e R\$ 3.500.000,00
- (B) R\$ 2.000.000,00, R\$ 1.000.000,00 e R\$ 2.500.000,00
- (C) R\$ 3.000.000,00, R\$ 1.500.000,00 e R\$ 4.500.000,00
- (D) R\$ 4.500.000,00, R\$ 1.500.000,00 e R\$ 3.000.000,00
- (E) R\$ 5.000.000,00, R\$ 2.500.000,00 e R\$ 7.000.000,00

83. Considere as movimentações de estoques de produtos e as vendas na ordem a seguir:

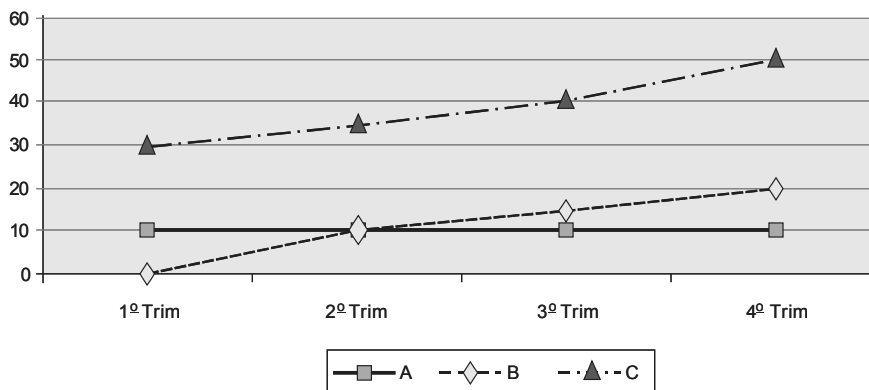
Evento	Valor
Aquisição de 1000 unidades	R\$ 3,00
Venda de 500 unidades	R\$ 3,50
Aquisição de 2000 unidades	R\$ 2,50
Venda de 1000 unidades	R\$ 4,50
Aquisição de 500 unidades	R\$ 2,00

- I. Os custos dos estoques de produtos, apurados pelo método PEPS serão maiores do que se apurados pelo método UEPS.
- II. O Valor do Lucro Bruto Operacional será menor se utilizado o método UEPS para apuração dos custos dos produtos vendidos.
- III. Os custos dos produtos vendidos apurados pelo método PEPS é o que apresenta menor custo dos produtos vendidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

84. O gráfico a seguir representa os custos e as receitas obtidas por uma empresa:



Com base nos dados apresentados no gráfico, é correto afirmar que

- (A) "C" menos "B" e "A" representam o lucro líquido.
- (B) "B" representa o custo fixo dos produtos vendidos.
- (C) "C" representa o custo variável dos produtos vendidos.
- (D) "A" representa o custo variável dos produtos vendidos.
- (E) "A" e "B" somados representam o custo total das vendas.



85. Considere somente com os dados a seguir:

Estoque Inicial de Matéria-Prima	R\$ 350.000,00
Compras de Matéria-Prima	R\$ 437.000,00
Estoque Final de Matéria-Prima	R\$ 115.000,00
Estoque Inicial de Produtos em Processo	R\$ 250.000,00
Estoque Final de Produtos em Processo	R\$ 340.000,00
Estoque Inicial de Produtos Acabados	R\$ 360.000,00

O valor acabado do estoque de produtos em processo, no período, é

- (A) R\$ 582.000,00
- (B) R\$ 672.000,00
- (C) R\$ 710.000,00
- (D) R\$ 942.000,00
- (E) R\$ 1.015.000,00

Contabilidade Pública

86. Com relação às demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público, considere:

- I. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.
- II. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.
- III. O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado patrimonial da entidade.
- IV. A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.
- V. O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia o resultado orçamentário do exercício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, II e IV.

87. Determinado Estado recebeu recursos financeiros da União no valor de R\$ 1.750.000,00, destinados à construção na capital de um pronto-socorro para atender a população local e região. Sob a ótica orçamentária, os recursos financeiros recebidos pelo Estado serão aplicados em despesas classificadas no seguinte grupo de natureza de despesas:

- (A) imobilizado.
- (B) inversões financeiras.
- (C) ativo permanente.
- (D) investimentos.
- (E) transferências de capital.



Atenção: Com relação às receitas orçamentárias efetivas e as despesas orçamentárias não efetivas, e com base nas informações, a seguir, responda as questões de números 88 e 89.

Determinada entidade pública, durante o 6º bimestre de 2014, realizou as seguintes transações

Transações Realizadas no 6º bimestre de 2014	Valor R\$
– Recebimento de Impostos	250,00
– Aquisição de Veículos	120,00
– Cota-Parte do ICMS e IPVA	230,00
– Recebimento de Aluguéis	70,00
– Consumo de Material de Almojarifado	60,00
– Alienação de dois Imóveis Urbanos	150,00
– Taxas pela Prestação de Serviços	60,00
– Recebimento de Caução de empresa contratada para execução de obras de pavimentação de estradas	30,00
– Aquisição de Terreno	180,00
– Amortização da Dívida de Longo Prazo	150,00
– Recebimento de Contribuição de Melhoria decorrente de valorização de imóveis	90,00
– Recebimento de Multas e Juros sobre impostos atrasados	50,00
– Despesa com locação de imóveis	40,00

88. As receitas orçamentárias efetivas totalizam, em reais,

- (A) 900,00
- (B) 660,00
- (C) 750,00
- (D) 780,00
- (E) 710,00

89. A soma das despesas orçamentárias não efetivas é de, em reais,

- (A) 450,00
- (B) 490,00
- (C) 300,00
- (D) 550,00
- (E) 510,00

90. As receitas orçamentárias arrecadadas pelo Estado são utilizadas como fontes de recursos em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a realização das receitas tributárias se dá nos estágios

- (A) previsão, arrecadação e contabilização.
- (B) lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (C) planejamento, previsão e arrecadação.
- (D) planejamento, previsão e recolhimento.
- (E) lançamento, arrecadação e contabilização.

91. Referem-se, respectivamente, às receitas extraorçamentárias (ingressos) e às despesas extraorçamentárias (dispêndios):

- (A) obtenção de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, e a quitação de consignações em folha de pagamento.
- (B) recebimento de receita de aluguel não prevista na Lei Orçamentária, e devolução de caução.
- (C) não alteram o patrimônio líquido, e aumentam o passivo não circulante.
- (D) aumentam as disponibilidades, e alteram o patrimônio líquido.
- (E) recebimento em doação de dois imóveis, e pagamento de indenizações a servidores públicos.



92. As variações patrimoniais são transações que resultam em alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado. Assim, sob o enfoque patrimonial, é as operações de crédito de longo prazo e as despesas com juros e encargos da dívida são classificadas, respectivamente, em variações patrimoniais
- (A) quantitativa aumentativa e quantitativa diminutiva.
 (B) mutações passivas e mutações ativas.
 (C) qualitativa aumentativa e qualitativa diminutiva.
 (D) mutações ativas e variações independente da execução orçamentária.
 (E) qualitativa e quantitativa diminutiva.

Atenção: Considere o Balanço Patrimonial de 31.12.2012 de determinada entidade do setor público, e as transações realizadas durante o exercício de 2013 (valores em reais), para responder às questões de números 93 a 95.

Balanço Patrimonial de 31.12.2012

Ativo		Passivo	
Caixa	50	Obrigações Trabalhistas	90
Bancos	170	Demais Obrigações de Curto Prazo	100
Almoxarifados	180	Saldo Patrimonial	210
Total do Ativo	400	Total do Passivo	400

Transações Realizadas Durante o Exercício de 2013

	Valor
– Recebimento de ICMS e IPVA	700,00
– Recebimento em doação do governo federal de dois terrenos	250,00
– Despesa com a folha de pagamento de servidores efetivos	300,00
– Recebimento de alugueis	80,00
– Recebimento de contribuição de melhoria	70,00
– Depreciação	60,00
– Doação de dois tratores a uma entidade sem fins lucrativos	70,00
– Obtenção de operações de crédito internas de longo prazo	150,00
– Pagamento (devolução) de caução recebida em 2012	60,00
– Alienação de imóveis	110,00
– Recebimento de taxas de apreensão e depósito	50,00
– Despesas com serviços de terceiros – pessoa jurídica	160,00
– Recebimento de cota-parte do IPI	30,00
– Alienação de veículos usados	90,00
– Consumo de material de almoxarifado	110,00
– Recebimento de dividendos	20,00

Observações:

- Todas as receitas e despesas orçamentárias foram, respectivamente, recebidas e pagas.
- As alienações de bens foram realizadas pelo valor contábil, ou seja, não houve ganho com alienação.

93. Considerando a estrutura do Balanço Financeiro, o saldo do disponível, em 31.12.2013, foi de, em reais,
- (A) 1.060,00
 (B) 1.250,00
 (C) 980,00
 (D) 1.000,00
 (E) 890,00

94. O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, em 31.12.2013, foi de, em reais,
- (A) 490,00
 (B) 710,00
 (C) 500,00
 (D) 740,00
 (E) 840,00

95. O superávit orçamentário apurado no Balanço Orçamentário, em 31.12.2013, foi de, em reais,
- (A) 950,00
 (B) 840,00
 (C) 400,00
 (D) 600,00
 (E) 730,00



96. Nos termos da Constituição Federal, a fiscalização da execução orçamentária e financeira da União e das entidades da Administração direta e indireta, entre outros aspectos, a aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo
- (A) Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria Geral da União.
 - (B) Controladoria Geral da União, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - (C) Tribunal de Contas da União, mediante controle interno, com o auxílio da Controladoria Geral da União.
 - (D) Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - (E) Congresso Nacional, mediante controle interno, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
-
97. Com relação aos requisitos éticos relacionados à auditoria de demonstrações contábeis, no caso de trabalho de auditoria ser de interesse público e, portanto, exigido pelo Código de Ética Profissional do Contabilista e pelas normas profissionais do CFC, nos termos da NBC TA 200, requer-se que o
- (A) auditor seja independente da entidade sujeita à auditoria.
 - (B) trabalho de auditoria seja realizado por perito com experiência comprovada de no mínimo 5 anos e nomeado por autoridade judicial.
 - (C) auditor seja profissional competente para executar o trabalho com experiência comprovada de no mínimo 2 anos.
 - (D) trabalho de auditoria seja realizado pela auditoria interna com a supervisão de auditor independente com experiência comprovada de no mínimo 5 anos.
 - (E) auditor seja independente e não tenha realizado trabalho de auditoria na entidade nos últimos 10 anos.
-
98. No decorrer dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da empresa Distribuidora de Aços Rígidos do Brasil S/A, o auditor independente constatou que o valor do saldo da conta duplicatas a receber, em 31.12.2013, apresentava uma diferença de R\$ 150.000,00, referente a três duplicatas, de um mesmo cliente, pagas no mês de novembro de 2013, não baixadas do saldo. Quanto à evidência de auditoria, nos termos da NBC TA 230, o auditor deve registrá-la
- (A) no relatório da auditoria, expressando uma opinião com ressalvas.
 - (B) no livro de ocorrências de achados de auditoria.
 - (C) no relatório da auditoria, expressando uma opinião sem ressalvas.
 - (D) em documentação de Auditoria (papéis de trabalho).
 - (E) no relatório da auditoria, com abstenção de opinião.
-
99. Na auditoria realizada na empresa Distribuidora de Tomates do Centro-Oeste S/A, o Auditor independente constatou
- I. adulteração, pelo tesoureiro da empresa, no valor e no registro contábil de notas fiscais, com o objetivo de obter vantagens financeiras.
 - II. aplicação incorreta de normas contábeis no que se refere ao cálculo de depreciação.
 - III. horas extras pagas indevidamente a funcionários já demitidos. Posteriormente, o valor recebido indevidamente era dividido com o chefe da folha de pagamento.
- Com relação as constatações apontadas pelo Auditor, é correto afirmar que houve, respectivamente
- (A) fraude, erro e erro.
 - (B) fraude, inconsistência contábil e erro.
 - (C) fraude, erro e fraude.
 - (D) fraude, inconsistência contábil e erro.
 - (E) erro, inconsistência contábil e erro.
-
100. O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos. Nos termos da NBC TI 01, entre os itens que devem ser abordados no relatório, estão
- I. os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
 - II. os responsáveis por eventuais prejuízos causados à entidade.
 - III. a capacidade financeira da entidade para honrar seus compromissos.
 - IV. o objetivo e a extensão dos trabalhos.
 - V. os riscos associados aos fatos constatados.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) IV e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) III e IV.